

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/09/2010

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM <b>01858-9</b>	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL <b>INVESTCO S/A</b>	3 - CNPJ <b>00.644.907/0001-93</b>
4 - NIRE <b>35300142306</b>		

## 01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA TO MIRACEMA , KM 23 S/N		2 - BAIRRO OU DISTRITO MIRACEMA DO TO		
3 - CEP 77650-000	4 - MUNICÍPIO MIRACEMA DO TO			5 - UF TO
6 - DDD 63	7 - TELEFONE 3221-2334	8 - TELEFONE 3311-3300	9 - TELEFONE 3311-3407	10 - TELEX
11 - DDD 63	12 - FAX 3311-3406	13 - FAX -	14 - FAX -	
15 - E-MAIL ri@enbr.com.br				

## 01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME LUIS OTAVIO ASSIS HENRIQUES				
2 - ENDEREÇO COMPLETO RUA BANDEIRA PAULISTA , 530 14º ANDAR			3 - BAIRRO OU DISTRITO ITAIM BIBI	
4 - CEP 04532-001	5 - MUNICÍPIO SÃO PAULO			6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2185-5916	9 - TELEFONE 2185-5921	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 011	13 - FAX 2185-5920	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL luis.otavio@enbr.com.br				

## 01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	2	01/04/2010	30/06/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR KPMG AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00418-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO JOSE LUIS RIBEIRO DE CARVALHO					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 007.769.948-32		

## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/09/2010

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Reapresentação Espontânea

## 01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

## 01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
<b>Do Capital Integralizado</b>			
1 - Ordinárias	402.202	402.202	402.202
2 - Preferenciais	384.204	384.204	384.204
3 - Total	786.406	786.406	786.406
<b>Em Tesouraria</b>			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

## 01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1120 - Energia Elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

## 01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

## 01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	AGO	07/04/2010	Juros Sobre Capital Próprio		ON	0,0640780000
02	AGO	07/04/2010	Juros Sobre Capital Próprio		PNA	0,0640780000
03	AGO	07/04/2010	Juros Sobre Capital Próprio		PNB	0,0366910000
04	AGO	07/04/2010	Juros Sobre Capital Próprio		PNC	0,0640780000
05	AGO	07/04/2010	Juros Sobre Capital Próprio		PNR	0,0122300000

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

1 - CÓDIGO CVM -	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ . . / -
---------------------	------------------------	---------------------

**01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO**

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

**01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

1 - DATA 02/03/2011	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
1	Ativo Total	1.467.121	1.450.524
1.01	Ativo Circulante	88.988	65.977
1.01.01	Disponibilidades	54.846	38.038
1.01.02	Créditos	17.071	10.878
1.01.02.01	Clientes	640	482
1.01.02.01.01	Concessionárias	640	482
1.01.02.02	Créditos Diversos	16.431	10.396
1.01.02.02.01	Impostos e Contribuições sociais	16.431	10.396
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	17.071	17.061
1.01.04.01	Rendas a receber	16.989	16.989
1.01.04.02	Cauções e Depósitos Vinculados	0	0
1.01.04.03	Despesas pagas antecipadamente	0	0
1.01.04.04	Outros Créditos	82	72
1.02	Ativo Não Circulante	1.378.133	1.384.547
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.358	4.972
1.02.01.01	Créditos Diversos	0	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	5.358	4.972
1.02.01.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	516	460
1.02.01.03.02	Impostos e contr.sociais diferidos	4.842	4.512
1.02.02	Ativo Permanente	1.372.775	1.379.575
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.345.345	1.351.952
1.02.02.03	Intangível	27.430	27.623
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
2	Passivo Total	1.467.121	1.450.524
2.01	Passivo Circulante	171.571	159.087
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	53.240	54.242
2.01.02	Debêntures	44.091	40.631
2.01.03	Fornecedores	1.147	901
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	26.811	18.637
2.01.04.01	Impostos e Contribuições sociais	26.811	18.637
2.01.05	Dividendos a Pagar	34.027	34.027
2.01.06	Provisões	8.284	6.672
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	3.971	3.977
2.01.08.01	Uso do bem publico	2.450	2.767
2.01.08.02	Obrigações estimadas com pessoal	1.194	880
2.01.08.03	Encargos regulamentares e setoriais	104	120
2.01.08.04	Outras contas a pagar	223	210
2.02	Passivo Não Circulante	265.262	277.417
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	265.262	277.417
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	140.949	153.263
2.02.01.02	Debêntures	32.339	32.332
2.02.01.03	Provisões	10.761	11.972
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	10.761	11.972
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	46.792	45.451
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	34.421	34.399
2.02.01.06.01	Encargos regulamentares e setoriais	32	10
2.02.01.06.02	Uso do bem publico	34.389	34.389
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	1.030.288	1.014.020
2.05.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.05.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.05.02.01	Agio na emissão de ações	14.473	14.473
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	106.019	106.019
2.05.04.01	Legal	11.450	11.450
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -30/06/2010
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	94.569	94.569
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	105.337	89.069
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
01858-9	INVESTCO S/A	00.644.907/0001-93

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	52.704	157.402	54.023	161.808
3.02	Deduções da Receita Bruta	(4.891)	(14.600)	(5.011)	(15.027)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	47.813	142.802	49.012	146.781
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(11.678)	(34.030)	(11.418)	(32.596)
3.05	Resultado Bruto	36.135	108.772	37.594	114.185
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(11.457)	(37.576)	(11.895)	(32.768)
3.06.01	Com Vendas	(151)	(205)	(84)	(131)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(3.118)	(9.679)	(3.692)	(10.981)
3.06.03	Financeiras	(8.057)	(26.897)	(7.432)	(21.305)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.110	1.622	857	1.863
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(9.167)	(28.519)	(8.289)	(23.168)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(131)	(795)	(687)	(351)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	24.678	71.196	25.699	81.417
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	24.678	71.196	25.699	81.417
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(8.410)	(23.981)	(8.625)	(27.510)
3.11	IR Diferido	0	0	0	0
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	16.268	47.215	17.074	53.907

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	786.406	786.406	786.406	786.406
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,02069	0,06004	0,02171	0,06855
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
 CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
 ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2010  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS  
 Reapresentação Espontânea

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	34.507	102.239	36.228	104.247
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	32.449	96.651	33.486	100.441
4.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	16.268	47.215	17.074	53.907
4.01.01.02	Concessionárias - Provisão p/cred.liq.du	(1)	(1)	0	0
4.01.01.03	Depreciações e Amortizações	9.096	27.217	8.988	26.897
4.01.01.04	Valor residual de bens e direitos	127	135	108	108
4.01.01.05	Empréstimos e Financiamentos	11.488	17.290	7.493	16.312
4.01.01.06	Encargos regulamentares e setoriais	17	44	14	43
4.01.01.07	Provisão para contingências	150	885	670	352
4.01.01.08	Despesas pagas antecipadamente	318	318	0	0
4.01.01.09	Cauções e depósitos vinculados	0	0	(8)	(36)
4.01.01.10	Imposto de renda e contr.social diferido	(330)	(803)	(168)	(89)
4.01.01.11	Uso do bem publico	(317)	(1.541)	(305)	3.268
4.01.01.12	Licenças ambientais	354	1.171	(3)	(11)
4.01.01.13	Outros	(4.721)	4.721	(377)	(310)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.058	5.588	2.742	3.806
4.01.02.01	Concessionárias e Rendas a receber	(157)	13.520	(59)	4.822
4.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compens	(6.035)	7.540	(6.149)	8.261
4.01.02.03	Cauções e depósitos vinculados	(56)	446	(220)	(296)
4.01.02.04	Despesas pagas antecipadamente	(318)	0	129	(466)
4.01.02.05	Outros créditos	19	(130)	(47)	38
4.01.02.06	Fornecedores	246	(2.123)	265	246
4.01.02.07	Impostos e contribuições sociais corrent	8.174	(13.703)	8.489	(9.260)
4.01.02.08	Obrigações estimadas	528	528	246	421
4.01.02.09	Provisão para contingências	(443)	(443)	0	0
4.01.02.10	Outras contas a pagar	100	(47)	88	40
4.01.03	Outros	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/07/2010 a 30/09/2010	4 -01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/07/2009 a 30/09/2009
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(2.424)	(7.144)	(3.503)	(5.299)
4.02.01	Adições ao Imobilizado tangível e intang	(2.424)	(7.144)	(3.503)	(5.299)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(15.275)	(46.401)	(19.578)	(52.546)
4.03.01	Aumento de capital social	0	0	(6.977)	0
4.03.02	Dividendos pagos	0	(10)	0	(521)
4.03.03	Empréstimos, Financiamentos e encargos	(16.616)	(49.963)	(19.578)	(59.002)
4.03.04	Partes relacionadas	1.341	3.572	6.977	6.977
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	16.808	48.694	13.147	46.402
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	38.038	6.152	41.349	8.094
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	54.846	54.846	54.496	54.496

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	804.459	14.473	0	106.019	89.069	0	1.014.020
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	804.459	14.473	0	106.019	89.069	0	1.014.020
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	16.268	0	16.268
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	804.459	14.473	0	106.019	105.337	0	1.030.288

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 01858-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL INVESTCO S/A	3 - CNPJ 00.644.907/0001-93
---------------------------	--	--------------------------------

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	804.459	14.473	0	106.019	0	0	924.951
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	804.459	14.473	0	106.019	0	0	924.951
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	105.337	0	105.337
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	804.459	14.473	0	106.019	105.337	0	1.030.288

## **1 Contexto operacional**

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), Companhia de capital aberto, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão do Uso do Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão), pelo prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em de 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80% da concessão, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27% da concessão, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% da concessão e a Companhia titular de 1% da concessão. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Companhia, são as concessionárias da UHE Lajeado.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado (Nota 6), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, a Companhia tem duas fontes de receitas: o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e a venda de 1% da energia elétrica gerada por esta.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação deles no Contrato de Concessão.

## **2 Práticas contábeis**

### **2.1 Base de apresentação**

As informações trimestrais da Companhia, cuja conclusão foi autorizada em Reunião da Diretoria, realizada em 28 de fevereiro de 2011, estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado, e estão sendo reapresentadas em atendimento a Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009 e elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB) e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a este resultado.

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não correntes como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### **2.2 Informações trimestrais de 2009**

As informações trimestrais da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incorporavam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, emitidos até 31 de dezembro de 2008 e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

As informações trimestrais da Companhia estão sendo, portanto, reapresentadas para refletir as normatizações contábeis emitidas em 2009 e 2010 pelo CPC com o objetivo de permitir uma comparação com 2010.

## 2.3

**Balço patrimonial do último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009**

Em atendimento ao disposto no CPC 21 a Companhia apresenta a seguir o balanço patrimonial do último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, e os detalhamentos sobre o mesmo estão contidos no formulário de ITR do primeiro trimestre que está sendo reapresentado nesta mesma data.

1 - Código	2 - Descrição	31/12/2009
1	Ativo Total	1.444.131
1.01	Ativo Circulante	61.891
1.01.01	Disponibilidades	6.152
1.01.02	Créditos	24.491
1.01.02.01	Clientes	520
1.01.02.01.01	Consumidores e Concessionárias	520
1.01.02.02	Créditos Diversos	23.971
1.01.02.02.01	Impostos e Contribuições Sociais	23.971
1.01.04	Outros	31.248
1.01.04.01	Rendas a Receber	30.628
1.01.04.02	Cauções e Depósitos Vinculados	559
1.01.04.03	Despesas Pagas Antecipadamente	18
1.01.04.04	Outros Créditos	43
1.02	Ativo Não Circulante	1.382.240
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.742
1.02.01.03	Outros	4.742
1.02.01.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	403
1.02.01.03.02	Despesas Pagas Antecipadamente	300
1.02.01.03.03	Impostos e Contrib.Sociais Diferidos	4.039
1.02.02	Ativo Permanente	1.377.498
1.02.02.02	Imobilizado	1.349.473
1.02.02.03	Intangível	28.025

1 - Código	2 - Descrição	31/12/2009
2	Passivo Total	1.444.131
2.01	Passivo Circulante	166.790
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	55.268
2.01.02	Debêntures	33.309
2.01.03	Fornecedores	3.270
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	40.515
2.01.04.01	Impostos e Contribuições Sociais	40.515
2.01.05	Dividendos a Pagar	29.318
2.01.08	Outros	5.110
2.01.08.02	Obrigações Estimadas com Pessoal	758
2.01.08.03	Encargos Regulamentares e Setoriais	133
2.01.08.04	Outras Contas a Pagar	223
2.01.08.05	Uso do Bem Público	3.996
2.02	Passivo Não Circulante	294.268
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	294.268
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	182.395
2.02.01.02	Debêntures	32.317
2.02.01.03	Provisões	1.947
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	43.220
2.02.01.06	Outros	34.389
2.02.01.06.02	Uso do Bem Público	34.389
2.05	Patrimônio líquido	983.073
2.05.01	Capital Social Realizado	804.459
2.05.02	Reserva de Capital	14.473
2.05.02.01	Agio na emissão de ações	14.473
2.05.04	Reserva de Lucros	106.019
2.05.04.01	Legal	11.450
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	94.569
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	58.122

## 2.4 Resumo das principais práticas contábeis

### a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

### b) Concessionárias (Nota 5)

Refere-se a venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

### c) Rendas a receber (Nota 6)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

### d) Imobilizado (Nota 12)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997 e nº 44, de 17 de março de 1999) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, considerando a taxa de depreciação da ANEEL, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União e a mesma indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis e as vidas úteis são aquelas definidas pela ANEEL.

A Companhia optou por não valorizar o seus ativos imobilizados ao custo atribuído por entender que a prática contábil de valorizar os ativos imobilizados pelo custo histórico deduzido da melhor estimativa de depreciação e de provisão para redução ao valor recuperável, quando requerido, é uma prática contábil que melhor representa os seus ativos imobilizados. Para adequar a base de imobilizado aos requisitos de reconhecimento de um ativo conforme previsto no CPC 27, eliminando custos que anteriormente eram passíveis de reconhecimento, foi efetuada uma revisão da base para identificar custos, tais como custos administrativos e variação cambial, os quais foram excluídos, quando aplicável.

### e) Ativo intangível (Nota 13)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização;
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos apenas na fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04;
- *Direito de concessão - uso do bem público*: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor amortizável (valor de custo menos seu valor residual) de um ativo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### f) Licenças Ambientais (Notas 12 e 20)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento do empreendimento e na instalação do mesmo, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

**g) Redução ao valor recuperável**

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

**h) Demais ativos circulante e não circulante**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**i) Fornecedores (Nota 14)**

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

**j) Empréstimos e financiamentos, encargos de dívidas e debêntures (Notas 15 e 16)**

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

**k) Provisões (Nota 20)**

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

**l) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**m) Imposto de renda e contribuição social (Notas 7, 8 e 27)**

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados com base no regime do Lucro Real Anual, às alíquotas aplicáveis de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social corrente é calculada com base nos lucros tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram registrados na rubrica de Imposto de renda e contribuição social diferidos, a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as informações trimestrais, considerou a adoção do Regime Tributário Transitório - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

**n) Uso do Bem Público (Nota 18)**

É um instrumento financeiro mantido até o vencimento, reconhecido inicialmente ao valor presente e posteriormente mantido ao custo amortizado e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita do projeto.

**o) Dividendos (Nota 23)**

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**p) Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de hedge, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias e marcação a mercado sobre empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.



#### q) Estimativas contábeis

Na elaboração das informações trimestrais, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As principais estimativas relacionadas às informações trimestrais referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais.

#### r) Instrumentos financeiros (Nota 29)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro, ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

##### • Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

##### • Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

##### • Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

#### s) Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

#### t) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

### 3 Reconciliação da adoção dos CPCs emitidos em 2009

#### 3.1 Reconciliação do Balanço patrimonial em 30 de junho de 2010

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	38.038		38.038
Concessionárias	482		482
Rendas a Receber	16.989		16.989
Impostos e contribuições sociais	10.396		10.396
Outros créditos	271	(199)	72
	<u>66.176</u>	<u>(199)</u>	<u>65.977</u>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.512	4.512
Depósitos vinculados	460		460
	<u>460</u>	<u>4.512</u>	<u>4.972</u>
<b>Imobilizado</b>	1.336.270	15.682	1.351.952
<b>Intangível</b>	13.046	14.577	27.623
	<u>1.349.316</u>	<u>30.259</u>	<u>1.379.575</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>1.415.952</u>	<u>34.572</u>	<u>1.450.524</u>

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	901		901
Impostos e contribuições sociais	19.045	(408)	18.637
Dividendos	34.027		34.027
Debêntures	40.258	373	40.631
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	54.242		54.242
Obrigações estimadas com pessoal	1.078	(198)	880
Encargos regulamentares e setoriais	436	(316)	120
Uso do bem público		2.767	2.767
Provisões		6.672	6.672
Outras contas a pagar	210		210
	<u>150.197</u>	<u>8.890</u>	<u>159.087</u>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	31.847	485	32.332
Empréstimos e financiamentos	73.078	80.185	153.263
Partes relacionadas	45.451		45.451
Encargos regulamentares e setoriais	10		10
Uso do bem público		34.389	34.389
Provisões	1.664	10.308	11.972
	<u>152.050</u>	<u>125.367</u>	<u>277.417</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	961.794	(157.335)	804.459
Reservas de capital	14.473		14.473
Reservas de lucros	106.019		106.019
Lucros acumulados	31.419	57.650	89.069
	<u>1.113.705</u>	<u>(99.685)</u>	<u>1.014.020</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>1.415.952</u>	<u>34.572</u>	<u>1.450.524</u>

### 3.2 Reconciliação do Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2010

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	54.846		54.846
Concessionárias	640		640
Rendas a receber	16.989		16.989
Impostos e contribuições sociais	16.431		16.431
Outros créditos	252	(170)	82
	<u>89.158</u>	<u>(170)</u>	<u>88.988</u>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.842	4.842
Depósitos vinculados	516		516
	<u>516</u>	<u>4.842</u>	<u>5.358</u>
<b>Imobilizado</b>			
<b>Intangível</b>	1.329.745	15.600	1.345.345
	13.015	14.415	27.430
	<u>1.342.760</u>	<u>30.015</u>	<u>1.372.775</u>
<b>Total do ativo</b>	<u>1.432.434</u>	<u>34.687</u>	<u>1.467.121</u>

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	1.147		1.147
Impostos e contribuições sociais	27.193	(382)	26.811
Dividendos	34.027		34.027
Debêntures	43.711	380	44.091
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	53.240		53.240
Obrigações estimadas com pessoal	1.365	(171)	1.194
Encargos regulamentares e setoriais	420	(316)	104
Uso do bem público		2.450	2.450
Provisões		8.284	8.284
Outras contas a pagar	223		223
	<u>161.326</u>	<u>10.245</u>	<u>171.571</u>
<b>Não circulante</b>			
Debêntures	31.938	401	32.339
Empréstimos e financiamentos	60.073	80.876	140.949
Partes relacionadas	46.792		46.792
Encargos regulamentares e setoriais	32		32
Uso do bem público		34.389	34.389
Provisões	1.711	9.050	10.761
	<u>140.546</u>	<u>124.716</u>	<u>265.262</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital social	961.794	(157.335)	804.459
Reservas de capital	14.473		14.473
Reservas de lucros	106.019		106.019
Lucros acumulados	48.276	57.061	105.337
	<u>1.130.562</u>	<u>(100.274)</u>	<u>1.030.288</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<u>1.432.434</u>	<u>34.687</u>	<u>1.467.121</u>

### 3.3 Reconciliação da Demonstração do resultado em 30 de setembro de 2010

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
<b>Receita operacional líquida</b>	142.802	-	142.802
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	(72)		(72)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(905)		(905)
	<u>(977)</u>	<u>-</u>	<u>(977)</u>
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal	(3.563)		(3.563)
Materiais e serviços de terceiros	(2.505)		(2.505)
Depreciações e amortizações	(26.207)	(703)	(26.910)
Outros custos de operação	(75)		(75)
	<u>(32.350)</u>	<u>(703)</u>	<u>(33.053)</u>
	<u>(33.327)</u>	<u>(703)</u>	<u>(34.030)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<u>109.475</u>	<u>(703)</u>	<u>108.772</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	(205)		(205)
Despesas gerais e administrativas	(9.372)		(9.372)
Depreciações e amortizações	(307)		(307)
Outras despesas operacionais	(1.810)	1.015	(795)
	<u>(11.694)</u>	<u>1.015</u>	<u>(10.679)</u>
<b>Resultado do serviço</b>	<u>97.781</u>	<u>312</u>	<u>98.093</u>
Receitas financeiras	1.622		1.622
Despesas financeiras	(26.078)	(2.441)	(28.519)
<b>Resultado financeiro</b>	<u>(24.456)</u>	<u>(2.441)</u>	<u>(26.897)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<u>73.325</u>	<u>(2.129)</u>	<u>71.196</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(25.049)	265	(24.784)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		803	803
	<u>(25.049)</u>	<u>1.068</u>	<u>(23.981)</u>
<b>Lucro líquido do período</b>	<u>48.276</u>	<u>(1.061)</u>	<u>47.215</u>

### 3.4 Reconciliação da Demonstração do resultado em 30 de setembro de 2009

	Anteriorment e publicado	Ajustes	Ajustado aos CPC
<b>Receita operacional líquida</b>	146.781	-	146.781
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
<b>Custo com energia elétrica</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	(49)		(49)
Encargos de uso do sistema de transmissão	(945)		(945)
	(994)	-	(994)
<b>Custo de operação</b>			
Pessoal	(3.153)		(3.153)
Materiais e serviços de terceiros	(1.843)		(1.843)
Depreciações e amortizações	(26.113)	(496)	(26.609)
Outros custos de operação	3		3
	(31.106)	(496)	(31.602)
	(32.100)	(496)	(32.596)
<b>Lucro bruto</b>	114.681	(496)	114.185
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas com vendas	(131)		(131)
Despesas gerais e administrativas	(11.003)	310	(10.693)
Depreciações e amortizações	(288)		(288)
Outras despesas operacionais	(1.364)	1.013	(351)
	(12.786)	1.323	(11.463)
<b>Resultado do serviço</b>	101.895	827	102.722
Receitas financeiras	1.863		1.863
Despesas financeiras	(22.597)	(571)	(23.168)
<b>Resultado financeiro</b>	(20.734)	(571)	(21.305)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	81.161	256	81.417
Imposto de renda e contribuição social correntes	(27.493)	(105)	(27.598)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		88	88
	(27.493)	(17)	(27.510)
<b>Lucro líquido do período</b>	53.668	239	53.907

Descrição dos principais ajustes que afetaram as informações trimestrais da Companhia:

#### Ativo

##### **Circulante e Não circulante**

**Imposto de renda e contribuição social diferidos:** ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

**Outros créditos:** reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

**Imobilizado:** ajustes referentes a: (i) reconhecimento das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; e (ii) baixa das despesas administrativas capitalizadas devido a aplicação do CPC 27.

**Intangível:** ajustes referentes ao reconhecimento de um direito de concessão por conta dos contratos de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

## **Passivo**

### **Circulante e Não circulante**

**Dividendos:** reclassificação para o patrimônio líquido da parcela referente ao excedente do dividendo mínimo obrigatório, por conta da adoção da ICPC 08.

**Debêntures:** o método de amortização dos custos antecipados era considerado de forma linear, após a adoção do CPC 08, a amortização desses custos passaram a acompanhar a curva de amortização da captação a qual se referem.

**Imposto de renda e contribuição social correntes:** ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos:** ajustes decorrentes dos impactos pela adoção dos CPCs.

**Obrigações estimadas com pessoal:** reclassificação do saldo das contas de adiantamentos de férias para as respectivas provisões por conta da adoção do CPC 33.

**Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:** ajustes referentes a: (i) reclassificação das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas de emissão da Companhia, por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39; e (ii) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas como passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

**Uso do bem público:** reconhecimento das obrigações relacionadas aos contratos de concessão do uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38.

**Provisões:** reconhecimento das obrigações relacionadas à obtenção das licenças de operação por cumprirem com as definições do CPC 25.

## **Patrimônio líquido**

**Capital Social:** reclassificação das ações preferências resgatáveis e cumulativas de emissão da Companhia por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

**Lucros acumulados:** Os ajustes efetuados referem-se principalmente a: (i) constituição da remuneração de longo prazo das ações preferências resgatáveis e cumulativas de emissão Investco S.A. por não atenderem a definição de instrumento patrimonial e sim, de passivo financeiro devido à aplicação do CPC 39; (ii) efeito da atualização financeira da provisão referente à UBP (uso do bem público) e amortização do ativo intangível relativo associado, em virtude da aplicação do CPC 25; e (iii) reconhecimento de imposto de renda diferido ativo e passivo em contra partida dos ajustes descritos.

## **Resultado**

Impactos decorrentes da adoção dos seguintes CPCs: (i) ajustes referentes a baixa das despesas administrativas capitalizadas devido a aplicação do CPC 27; (ii) reconhecimento da depreciação do Imobilizado das licenças de operação por contrapartida da adoção do CPC 25; (iii) reconhecimento da amortização do Intangível referente ao direito de concessão de uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; (iv) reconhecimento da atualização monetária das licenças de operação pela adoção do CPC 25; (v) reconhecimento de ajuste a valor presente e atualização monetária das obrigações relacionadas ao uso do bem público por contrapartida da adoção do CPC 38; e (vi) reconhecimento da remuneração e ajuste a valor presente referente ao reconhecimento das ações preferenciais resgatáveis e cumulativas como passivo financeiro devido a aplicação do CPC 39.

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>
Bancos conta movimento	13.596	2.763
Aplicações financeiras - renda fixa	41.250	35.275
Total	<u>54.846</u>	<u>38.038</u>

As aplicações financeiras de curto de prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente a fundos de renda fixa remunerados a taxas que variam entre 101% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## **5 Concessionárias**

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>
Suprimento	440	393
Energia de curto prazo	149	36
Encargos de uso de rede elétrica	51	53
Total	<u>640</u>	<u>482</u>

Os saldos na data do balanço são compostos por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

## 6 Rendas a receber

O saldo de R\$16.989 em 30 de setembro de 2010 (R\$16.989 em 30 de junho de 2010), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, CEB Lajeado S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e Lajeado Energia S.A. frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão.(Nota 21.1)

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83%, sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada a aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

## 7 Impostos e contribuições sociais

	Circulante	
	30/09/2010	30/06/2010
	Ajustado	Ajustado
Ativo - compensáveis		
Imposto de renda e contribuição social	16.196	10.195
ICMS	84	70
PIS e COFINS	12	11
Outros	139	120
Total	<u>16.431</u>	<u>10.396</u>
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e contribuição social	24.698	15.960
ICMS sobre diferencial de alíquota	5	146
PIS e COFINS	1.623	1.615
Outros	485	916
Total	<u>26.811</u>	<u>18.637</u>

## 8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

### 8.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo

Natureza dos créditos	30/09/2010			30/06/2010	
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
				Ajustado	Ajustado
Licenças Ambientais - CPC 25	1.390	348	125	473	324
Uso do Bem Público - CPC 25	22.108	5.527	1.990	7.517	7.570
Instrumentos financeiros - CPC 39	(9.259)	(2.315)	(833)	(3.148)	(3.382)
<b>Total Ativos Diferidos</b>		<u>3.560</u>	<u>1.282</u>	<u>4.842</u>	<u>4.512</u>

Na mutação do Imposto de renda e contribuição social diferido ativo apurou-se um efeito integralmente em contrapartida ao resultado do período.

A projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstra capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

## 9 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 23, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, decorrem de transações realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação, e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 30/09/2010	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
					30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/09/2009
<b>Concessionárias</b>										
Venda de energia elétrica	Bandeirante	1/8/2002	1/8/2002 a 15/12/2032	109,52	108	103			859	1.086
	Bandeirante	1/8/2005	1/8/2005 a 15/12/2032	109,52	23	26			143	92
					<u>131</u>	<u>129</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.002</u>	<u>1.178</u>
<b>Rendas a receber</b>										
	Lajeado Energia	15/1/1998	15/1/1998 a 15/1/2033		12.402	12.402			101.295	64.817
Arrendamento UHE Lajeado	CEB Lajeado	15/1/1998	15/1/1998 a 15/1/2033		3.398	3.398			27.753	28.586
	Paulista Lajeado	15/1/1998	15/1/1998 a 15/1/2033		1.189	1.189			9.711	10.005
Arrendamento UHE Lajeado. Os direitos integrais da Companhia foram incorporados pela Lajeado Energia em 2009.	EDP Lajeado	15/1/1998	15/1/1998 a 15/1/2033							39.523
					<u>16.989</u>	<u>16.989</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>138.759</u>	<u>142.931</u>
<b>Partes relacionadas</b>										
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 8/11/2012				4.683	4.548	(278)	
Contratos de mútuo - 100% do CDI	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 8/11/2012				42.109	40.903	(2.805)	
					<u>-</u>	<u>-</u>	<u>46.792</u>	<u>45.451</u>	<u>(3.083)</u>	<u>-</u>
Total					<u>17.120</u>	<u>17.118</u>	<u>46.792</u>	<u>45.451</u>	<u>136.678</u>	<u>144.109</u>

### 9.1 Garantias e finanças

A Companhia emitiu debêntures em 2002 com fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A e da EDP - Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP - Energias de Portugal como única garantidora das debêntures (Nota 15).

## 9.2 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A, e a controladora final é a EDP – Energias do Brasil S.A.

## 9.3 Remuneração dos administradores

### 9.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês

(I) - Proporção de cada elemento na remuneração total, acumulada até o 3º trimestre de 2010.

#### Conselho de Administração

Remuneração Fixa: 100%

#### Diretoria

Remuneração Fixa: 100%

#### Conselho Fiscal

Remuneração fixa: 100%

### 9.3.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria pagos pela Companhia até 30 de setembro de 2010

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Ajustado</b>				
<b>Número de membros</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>21</b>
<b>Remuneração fixa anual (em R\$)</b>	<b>59.817</b>	<b>236.686</b>	<b>67.500</b>	<b>364.003</b>
Salário ou pró-labore	59.817	236.686	67.500	364.003
Benefícios diretos e indiretos	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração Variável (em R\$)</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>
<b>Remuneração baseada em ações</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>	<b>n/a</b>
<b>Valor Total da remuneração, por órgão</b>	<b>59.817</b>	<b>236.686</b>	<b>67.500</b>	<b>364.003</b>

\* ( n/a ) = Não Aplicável



**9.3.3 Remuneração Média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa ao 3º trimestre de 2010**

2010	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	6	5	10
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	47.502	93.516	13.500
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	12.315	9.500	13.500
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	29.909	47.337	13.500

Obs 1: Dos 6 Conselheiros de Administração da Investco, 2 são remunerados.

Obs 2: Dos 10 Conselheiros fiscais da Investco, 5 são remunerados.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, realizada em 7 de abril de 2010, a remuneração anual e global dos membros do Conselho de Administração de até R\$200, e da Diretoria de até R\$300, para o período de abril de 2010 a março de 2011.

**10 Depósitos vinculados**

	Não Circulante	
	30/09/2010	30/06/2010
Depósitos judiciais	516	460
Total	516	460

**11 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo**

	Circulante	
	30/09/2010	30/06/2010
Outros créditos - Ativo		
Adiantamentos a empregados	33	28
Desativação em curso	4	
Serviços em curso	45	44
Total	82	72
Outras contas a pagar - Passivo		
Folha de pagamento	127	127
Outras	96	83
Total	223	210

12 **Imobilizado**

	Taxa anuais médias de depreciação %	30/09/2010		30/06/2010	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				Ajustado	Ajustado
<b>Imobilizado em serviço</b>					
<b>Geração</b>					
Terrenos		114.518		114.518	114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	673.636	(108.340)	565.296	568.665
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,85	340.222	(68.246)	271.976	273.925
Máquinas e equipamentos	6,29	418.929	(98.600)	320.329	323.448
Veículos	20,00	902	(758)	144	169
Móveis e utensílios	5,00	1		1	1
		<u>1.548.208</u>	<u>(275.944)</u>	<u>1.272.264</u>	<u>1.280.726</u>
<b>Transmissão</b>					
Máquinas e equipamentos	3,47	45.766	(10.219)	35.547	35.912
		<u>45.766</u>	<u>(10.219)</u>	<u>35.547</u>	<u>35.912</u>
<b>Administração</b>					
Máquinas e equipamentos	9,96	1.278	(765)	513	476
Veículos	20,00	420	(21)	399	
Móveis e utensílios	9,98	506	(245)	261	266
		<u>2.204</u>	<u>(1.031)</u>	<u>1.173</u>	<u>742</u>
Total do Imobilizado em serviço		<u>1.596.178</u>	<u>(287.194)</u>	<u>1.308.984</u>	<u>1.317.380</u>
<b>Imobilizado em curso</b>					
<b>Geração</b>					
Depósitos judiciais		12.308		12.308	12.435
Outros		24.052		24.395	22.137
Administração		1		1	
Total do Imobilizado em curso		<u>36.361</u>	<u>-</u>	<u>36.361</u>	<u>34.572</u>
Total Imobilizado		<u>1.632.539</u>	<u>(287.194)</u>	<u>1.345.345</u>	<u>1.351.952</u>

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido	Adições	Transferên- cia para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido
	30/06/2010					30/06/2010
	Ajustado					Ajustado
<b>Imobilizado em serviço</b>						
Terrenos	114.518					114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	568.665			(3.368)	(1)	565.296
Edificações, obras civis e benfeitorias	273.925			(1.949)		271.976
Máquinas e equipamentos	359.836		61	(3.508)		356.389
Veículos	169		420	(46)		543
Móveis e utensílios	267		7	(12)		262
Total do imobilizado em serviço	<u>1.317.380</u>	<u>-</u>	<u>488</u>	<u>(8.883)</u>	<u>(1)</u>	<u>1.308.984</u>
Total do imobilizado em curso	<u>34.572</u>	<u>2.424</u>	<u>(509)</u>	<u>-</u>	<u>(126)</u>	<u>36.361</u>
Total do imobilizado	<u>1.351.952</u>	<u>2.424</u>	<u>(21)</u>	<u>(8.883)</u>	<u>(127)</u>	<u>1.345.345</u>

13 **Intangível**

	Taxa anuais médias de amortização %	30/09/2010		30/06/2010	
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
				Ajustado	Ajustado
<b>Intangível em serviço</b>					
<b>Geração</b>					
Software	20,00	778	(413)	365	405
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.138	(5.723)	14.415	14.577
		<u>20.916</u>	<u>(6.136)</u>	<u>14.780</u>	<u>14.982</u>
<b>Administração</b>					
Software	20,00	244	(44)	200	161
		<u>244</u>	<u>(44)</u>	<u>200</u>	<u>161</u>
Total do intangível em serviço		<u>21.160</u>	<u>(6.180)</u>	<u>14.980</u>	<u>15.143</u>
<b>Intangível em curso</b>					
Geração		12.450		12.450	12.468
Total do intangível em curso		<u>12.450</u>	<u>-</u>	<u>12.450</u>	<u>12.480</u>
Total intangível		<u>33.610</u>	<u>(6.180)</u>	<u>27.430</u>	<u>27.623</u>

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

	Valor líquido 30/06/2010	Transferên- cia intangível em serviço	Amortização	Baixas	Valor líquido 30/09/2010
	<i>Ajustado</i>				<i>Ajustado</i>
Intangível em serviço					
<i>Software</i>	566	51	(51)	(1)	565
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	14.577		(162)		14.415
Intangível em curso	12.480	(30)			12.450
Total Intangível	27.623	21	(213)	(1)	27.430

*Software* são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado a taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP foi constituído pelo valor justo do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

O montante de R\$12.450, relativo ao Intangível em curso, refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

#### 14 Fornecedores

	Circulante	
	30/09/2010	30/06/2010
Encargos de uso da rede elétrica	144	142
Materiais e serviços	1.003	759
Total	1.147	901

#### 15 Debêntures

Em outubro de 2001, foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM a primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, com 25.000 debêntures no valor nominal unitário de R\$10.000,00, com prazo de vencimento de 120 meses a partir da data de emissão (1º de novembro de 2001), atualizável a partir da data de emissão, pelo IGP-M. A remuneração prefixada à taxa de 12,8% a.a., incidente sobre o saldo não amortizado do valor nominal unitário atualizado. Esses recursos foram destinados a investimentos em ativos fixos e capital de giro para conclusão da UHE Luís Eduardo Magalhães - UHE Lajeado.

As condições de repactuação serão comunicadas pela Companhia e deverão ser obrigatoriamente divulgadas na forma de avisos, em jornal de grande circulação no período de até 10 (dez) dias úteis antes do encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, devendo, necessariamente, conter prazos e condições do próximo período de remuneração.

Caso os debenturistas não concordem com as condições acordadas ou não ocorra a publicação conforme contrato, os debenturistas poderão exercer o direito de venda à Companhia, de suas debêntures sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado. A Companhia obriga-se a adquirir as debêntures pelo seu valor unitário atualizado monetariamente, acrescido, quando necessário, da remuneração calculada pro rata temporis definida para o período vencido.

Em 31 de outubro de 2006, foi elaborado o 4º Aditivo à Escritura dessas debêntures, que contempla a alteração do item 4.5.1 da Cláusula IV da Escritura, deliberando a utilização do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado para atualização das debêntures e farão jus ao pagamento de juros remuneratórios pré-fixados à taxa de 10,5% a.a., a vigorar no período de vigência da remuneração, a partir de 1º de novembro de 2006.

As debêntures possuem fiança conjunta e solidária da Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. e da EDP - Energias de Portugal. Em novembro de 2009 foi elaborado o 5º Aditivo à Escritura dessas Debêntures liberando o interveniente garantidor a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., permanecendo, portanto a EDP - Energias de Portugal como única garantidora das debêntures.

O contrato apresenta cláusulas prevendo vencimento antecipado nas seguintes hipóteses:

- não pagamento do principal ou juros devidos em razão das debêntures nas respectivas datas de vencimento e/ou amortização;
- protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora, cujo valor agregado inadimplido ultrapasse R\$5.000, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou ainda se prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de três dias úteis de sua ocorrência;
- pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- liquidação ou decretação de falência da Emissora, ou por qualquer uma das Intervenientes (incluindo qualquer processo equivalente existente de acordo com a legislação portuguesa, no que diz respeito à EDP);
- não cumprimento pela Emissora ou pelas Intervenientes de qualquer obrigação prevista na escritura, não sanada em trinta dias, contados o aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário, com exceção de falta de pagamento de principal, juros e/ou qualquer outro valor devido nos termos da escritura;

- f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de suas controladas de valor superior a R\$5.000;
- g) alteração estatutária da Emissora, bem como reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou seus ativos que possa, de qualquer forma, afetar, direta ou indiretamente, o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas na escritura;
- h) início de execução de garantia prestada pela Emissora em favor de terceiros, de valor superior a R\$5.000, salvo se a execução tiver sido proposta por comprovado erro ou má fé, ou se for suspensa ou extinta em até dez dias úteis contados da citação da Emissora;

i) alteração do controle acionário da Emissora, a menos que: (i) mediante autorização de debenturistas representando dois terços das debêntures em circulação, reunidos em Assembleia de debenturistas especialmente convocada pela Emissora para este fim; (ii) não haja qualquer modificação ou alteração das obrigações das Intervenientes, nos termos da cláusula VII - Fiança. Em caso de aprovação pelos debenturistas, a Emissora deverá resgatar no prazo de dez dias úteis contados da data da Assembleia de debenturistas, as debêntures detidas pelos debenturistas que não concordaram com a alteração do controle acionário da Emissora, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada pro rata temporis. Para efeito do disposto neste subitem, uma "Alteração do Controle Acionário", ocorrerá caso as Intervenientes, individual ou conjuntamente, deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 51% do capital votante da Emissora; e

j) o contrato de concessão da Emissora seja revogado, suspenso, extinto, rescindido ou perca sua eficácia e validade, exceto quando substituído por outro ato de Outorga nos termos da legislação em vigor.

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures.

#### 15.1 A mutação das debêntures no trimestre é a seguinte:

	Valor líquido em 30/06/2010	Juros provisionados	Transferências	Custos de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 30/09/2010
<b>Circulante</b>			<b>Ajustado</b>			<b>Ajustado</b>
Debêntures	40.631	1.894	(91)	98	1.559	44.091
	40.631	1.894	(91)	98	1.559	44.091
<b>Não circulante</b>						
Debêntures	32.332		91	(84)		32.339
	32.332	-	91	(84)	-	32.339

#### 15.2 Vencimento das parcelas do não circulante

Ano	Valor
2011	32.339
Total	32.339

#### 16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

##### 16.1 Composição dos empréstimos

Custo da dívida	30/09/2010			30/06/2010		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional						
Ações recebíveis cumulativa			80.876			80.185
Banco da Amazônia	11,5% a.a	16	2.544	232	4.452	
BNDES	4,00% a.a. acima da TJLP	438	50.224	484	49.022	73.078
Leasing - Safra S.A.	CDI + 1,45% a.a.		18		52	
Total		454	52.786	716	53.526	153.263

## BNDES

(i) Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito celebrado com o BNDES, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante total de R\$180.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2000 e 15 de outubro de 2002 e, mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2002. O principal está sendo amortizado em 120 prestações mensais e sucessivas, calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Crescente (Tabela Price), a partir de 15 de novembro de 2002, e com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

(ii) Contrato de abertura de crédito mediante repasse de empréstimo contratado com o BNDES celebrado com o Banco Itaú, Bradesco, BBA Creditanstalt e Banco ABC, com interveniência dos acionistas da Companhia e dos seus controladores, em 21 de setembro de 2000, no montante de R\$120.000, com taxa de juros de 4% a.a. acima da TJLP, exigíveis trimestralmente durante o prazo de carência de pagamento do principal pelos 24 meses iniciais e, junto ao do principal, em 120 prestações mensais e sucessivas, a partir de 15 de novembro de 2002, com último vencimento em 15 de outubro de 2012. Como garantias, foram dadas, em caução, parte das ações ordinárias de emissão da Companhia, nota promissória e cessão de direitos de contratos.

As operações estabelecem cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) de nível de capitalização mínimo (patrimônio líquido pelo ativo total) e de recursos em caixa, ambas atendidas em 30 de setembro de 2010.

### Banco da Amazônia

Contrato de financiamento celebrado em 28 de dezembro de 2000, no montante de R\$44.300, com prazo de amortização de 84 meses, incluídos 36 meses de carência, sendo a primeira parcela do principal exigível em 10 de fevereiro de 2004 e a última em 10 de janeiro de 2011, com juros de 14% a.a., exigíveis mensalmente e, no período de carência, exigido apenas o valor correspondente a 50% desses encargos e, os 50% restantes, capitalizados e incorporados ao saldo devedor, para pagamento com as parcelas de amortização do principal. Conforme aditivo firmado em dezembro de 2007, para garantia desse financiamento foram dados a alienação fiduciária de equipamentos da Usina UHE Lajeado e a fiança bancária do Unibanco S.A. no valor de R\$18.937.

Este contrato não possui cláusula contratual restritiva (*covenants*).

### Safra Leasing S.A.

Em 10 de março de 2008 foi firmado um contrato de arrendamento mercantil no valor de R\$198. O prazo de amortização desse contrato é de 36 meses. Os encargos financeiros são variações do CDI acrescidos de 1,45% a.a., o pagamento da primeira parcela ocorreu em 14 de abril de 2008 e a última parcela tem vencimento previsto para 14 de março de 2011. O bem arrendado pela Companhia foi um microônibus para uso exclusivo dos funcionários da Usina.

## 16.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos do trimestre é a seguinte:

	Valor líquido em	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor presente	Valor líquido em
	30/06/2010						30/09/2010
	Ajustado						Ajustado
Circulante							
Empréstimos, Financiamentos e Encargos de dívidas	54.242	(13.725)	(2.890)	2.608	13.005		53.240
	<u>54.242</u>	<u>(13.725)</u>	<u>(2.890)</u>	<u>2.608</u>	<u>13.005</u>	<u>-</u>	<u>53.240</u>
Não circulante							
Empréstimos e Financiamentos	153.263				(13.005)	691	140.949
	<u>153.263</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.005)</u>	<u>691</u>	<u>140.949</u>

**16.3 Vencimento das parcelas do circulante e do não circulante (principal + encargos)**

Vencimento	Nacional
<b>Circulante</b>	
2010	14.486
2011	38.754
	<u>53.240</u>
<b>Não circulante</b>	
2011	14.498
2012	51.097
2013	3.995
2014	3.675
2015	3.380
2016	3.110
2017	2.861
2018	2.632
Após 2018	55.701
	<u>140.949</u>
<b>Total</b>	<u>194.189</u>

**17 Encargos regulamentares e setoriais**

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010
	<u>Ajustado</u>		<u>Ajustado</u>	
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	22	25		
Pesquisa e desenvolvimento	81	94	32	10
Taxa de fiscalização - ANEEL	1	1		
<b>Total</b>	<u>104</u>	<u>120</u>	<u>32</u>	<u>10</u>

**17.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D**

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial, dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316 de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 24).

**18 Uso do bem público – UBP – Direito de Outorga**

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados anualmente com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

De acordo com o CPC 38, o valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 13) no momento inicial do reconhecimento.

Este ativo intangível está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão e o passivo está sendo amortizado proporcionalmente à realização do pagamento.

Os saldos do Passivo circulante e Não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita do projeto.

Segue abaixo movimentação do período:

	Circulante	Não circulante
	<u>Ajustado</u>	<u>Ajustado</u>
<b>Principal</b>		
Saldo em 30 de Junho de 2010	2.767	34.389
Ajuste a Valor Presente	631	
Amortizações	(948)	
Saldo em 30 de Setembro de 2010	<u>2.450</u>	<u>34.389</u>

## 19 Obrigações estimadas com pessoal

	30/09/2010	30/06/2010
	Ajustado	Ajustado
Folha de pagamento	885	627
INSS e FGTS	309	253
Total	1.194	880

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias e respectivos encargos sociais e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

## 20 Provisões

	30/09/2010	30/06/2010
	Ajustado	Ajustado
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	1.711	1.664
Licenças ambientais	17.334	16.980
Total	19.045	18.644
Circulante	8.284	6.672
Não circulante	10.761	11.972
Total	19.045	18.644

### 20.1 Provisões Cíveis, fiscais, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

#### 20.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Instâncias	Passivo				Ativo			
	Saldo em 30/06/2010	Adições	Pagamen-tos	Reversões	Depósito Judicial			
					Saldo em 30/09/2010	30/09/2010	30/06/2010	
	Ajustado				Ajustado			
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	520	16	(5)	531	402	359	
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	1.144	139	(103)	1.180			
Total		1.664	155	(103)	(5)	1.711	402	359
Não circulante		1.664				1.711	402	359
Total		1.664				1.711	402	359

#### 20.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

#### 20.1.1.2 Cíveis

##### Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

##### Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de setembro de 2010 é de R\$12.308 (R\$12.435 em 30 de junho de 2010) e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 12).

## 20.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras, demonstrados a seguir:

	Instâncias	Ativo			
		Depósito Judicial			
		30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	272	416	83	65
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	65.336	65.444	31	36
Total		65.608	65.860	114	101

As ações de natureza cível em sua grande maioria referem-se às ações descritas no item 20.1.1.2.

## 20.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações não há saldos de depósitos judiciais em 30 de setembro de 2010 (Nota 10).

## 20.2 Licenças Ambientais

Referem-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos a obrigações constantes nas licenças de exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido a valor presente das obrigações estimadas e atualizado com base no IGP-M.

## 21 Benefício pós-emprego

De acordo com a Lei nº 9656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed está enquadrado nesta legislação. Através de nossos atuários, a Companhia está avaliando os possíveis impactos. Ainda assim, numa análise preliminar, identificou-se que o risco não será material tendo em vista que: (i) enquadram-se neste modelo 81 funcionários com 153 dependentes ativos no plano de saúde, com idade média de 37 anos; (ii) o turnover da Companhia é baixo; e (iii) para o 1º semestre de 2011, será revisto o modelo atual de assistência médica, para adequar as demais Companhias do Grupo EDP, com a exclusão da cobrança da parcela fixa mensal para uma coparticipação em consultas e exames.

## 22 Patrimônio líquido

### 22.1 Capital social

A composição do capital social em 30 de setembro de 2010 e em 30 de junho de 2010 está demonstrada a seguir:

Acionistas	30/09/2010											
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	798	4,52	1.031	20,00			133.381	16,96%
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	279	1,58	361	7,00			46.683	5,94%
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53%	35.947	4,57%
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.931	43,06	3.764	73,00			490.862	62,42%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82%
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21%
Outros					206	1,26			71.252	66,47%	71.458	9,09%
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00



30/06/2010

Acionistas	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação	Total	% Participação total
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	798	4,52	1.031	20,00			133.381	16,96%
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	279	1,58	361	7,00			46.683	5,94%
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53%	35.947	4,57%
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.931	43,06	3.764	73,00			490.862	62,42%
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82%
Furnas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21%
Outros					206	1,26			71.252	66,47%	71.458	9,09%
	402.202	100,00	255.560	100,00	16.289	100,00	5.156	100,00	107.199	100,00	786.406	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

## 22.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;

e) uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;

f) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e

g) o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 29 de dezembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1.995, no montante bruto de R\$37.000, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada, os quais foram contabilizados em Despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, esses juros foram reclassificados para o Patrimônio líquido conforme Deliberação CVM nº 207/96.

Em 7 de abril de 2010, a Assembléa Geral Ordinária aprovou a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2009, que serão pagos no decorrer do exercício de 2010, sem ajuste aos titulares detentores das ações da Companhia na data de 31 de dezembro de 2009.

	<u>31/12/2009</u>
Lucro líquido apurado no exercício	99.367
Ajuste de exercícios anteriores	(4.271)
Lucro líquido ajustado	95.096
Constituição da reserva legal - 5%	(4.755)
	<u>90.341</u>
Destinação do lucro:	
Dividendos	37.000
Dividendos intermediários - JSCP	37.000
Constituição da reserva de retenção de lucros	53.341
Quantidade de ações	786.406.270
Dividendos por ação - JSCP	0,047049
Dividendos por ação - JSCP ordinária	0,064078
Dividendos por ação preferencial	
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "A"	0,064078
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "B"	0,036691
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "C"	0,064078
Dividendos por ação - JSCP preferencial classe "R"	0,012230

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;

b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia;

c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

## 22.3 Reservas

### 22.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se a ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

### 22.3.2 Reservas de lucros

	<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>
Reserva legal	11.450	11.450
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	94.569	94.569
Total	<u>106.019</u>	<u>106.019</u>

A Reserva de Investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

## 22.4 Ações Preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

## 23 Dividendos

	<u>Passivo</u>	
	<u>30/09/2010</u>	<u>30/06/2010</u>
	<u>Ajustado</u>	<u>Ajustado</u>
Lajeado Energia S.A.	18.430	18.430
EDP - Energias do Brasil S.A.	1.958	1.958
CEB Lajeado S.A.	4.985	4.985
Paulista Lajeado Energia S.A.	1.745	1.745
COPEL - Companhia Paranaense de Energia	350	350
Furnas Centrais Elétricas S.A.	90	90
Acionistas Minoritários	6.469	6.469
Total	<u>34.027</u>	<u>34.027</u>

**24 Receita operacional líquida**

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de			
	MWh (*)		R\$	
	2010	2009	2010	2009
Arrendamento			152.903	157.500
Suprimento de energia elétrica	32.772	32.405	3.675	3.658
Energia de curto prazo			349	193
Outras receitas operacionais			475	457
			<u>157.402</u>	<u>161.808</u>
(-) Deduções da receita				
PEE e P&D			(40)	(38)
PIS/COFINS			(14.560)	(14.989)
			<u>(14.600)</u>	<u>(15.027)</u>
Total	32.772	32.405	142.802	146.781

(\*) Não auditado

**25 Gastos operacionais**

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de						
	2010					2009	
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total	Total
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras		
					Ajustado	Ajustado	
Não gerenciáveis							
Energia elétrica comprada para revenda							
Energia de curto prazo - CCEE		79				79	
Encargo de uso e conexão		998				998	
PIS/COFINS		(100)				(100)	
Taxa de fiscalização						12	
Compensações financeiras						143	
		<u>977</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>155</u>	
Gerenciáveis							
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		3.563		3.288		6.851	
Material		448		174		622	
Serviços de terceiros		2.057		4.508		6.565	
Depreciação e Amortização		26.910		307		27.217	
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			(1)			(1)	
Provisões para contingências					640	640	
Aluguéis e arrendamentos		29		241		270	
Outras		46	206	1.161		1.413	
		<u>-</u>	<u>33.053</u>	<u>205</u>	<u>9.679</u>	<u>640</u>	
Total		<u>977</u>	<u>33.053</u>	<u>205</u>	<u>9.679</u>	<u>795</u>	
						<u>44.709</u>	
						<u>44.059</u>	

**26 Resultado financeiro**

	Período de 9 meses findo	
	2010	2009
	Ajustado	Ajustado
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.369	1.614
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	57	28
Descontos obtidos		2
Outras receitas financeiras	196	219
	<u>1.622</u>	<u>1.863</u>
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(15.008)	(21.440)
Variações monetárias moeda nacional	(5.477)	(6.342)
Encargos sobre obrigações e contingências fiscais	(131)	(166)
Ajustes a valor presente	(2.402)	13.558
Outras despesas financeiras	(5.501)	(8.778)
	<u>(28.519)</u>	<u>(23.168)</u>
Total	<u>(26.897)</u>	<u>(21.305)</u>

## 27 Imposto de renda e contribuição social

	Período de 9 meses findo em 30 de setembro de			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30/09/2010	30/09/2009	30/09/2010	30/09/2009
	<i>Ajustado</i>		<i>Ajustado</i>	
Lucro antes do IRPJ e CSLL	71.196	81.417	71.196	81.417
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(17.799)	(20.354)	(6.408)	(7.328)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Doações	(13)	(37)	(5)	(13)
Despesas Inedutíveis		(129)		(47)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	144	280	51	100
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	31			
Adicional IR	18	18		
Despesa de IRPJ e CSLL	(17.619)	(20.222)	(6.362)	(7.288)
Alíquota efetiva	25%	25%	9%	9%

## 28 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações trimestrais consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	30/09/2010
Usinas	255.000
Responsabilidade civil	6.000
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.500
Acidentes pessoais	3.570

## 29 Instrumentos financeiros

Em atendimento ao Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, a Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

### 29.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto as contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

### 29.2 Instrumentos financeiros derivativos

Tem por objetivo a proteção contra variações cambiais e taxas de juros nas operações realizadas em moeda estrangeira sem caráter especulativo.

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos, bem como não houve nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos durante o trimestre.

### 29.3 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo projetamos os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais e utilizamos como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&F Bovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Partes relacionadas, Cauções e depósitos vinculados e Fornecedores. Para empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	30/09/2010	30/06/2010	30/09/2010	30/06/2010
			<u>Ajustado</u>	
<b>Ativos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	54.846	38.038	54.846	38.038
Rendas a receber	16.989	16.989	16.989	16.989
Concessionárias	640	482	640	482
<b>Passivos financeiros</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores	1.147	901	1.147	901
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	52.560	53.479	53.240	54.242
Debêntures	46.108	42.368	44.091	40.631
Encargos regulamentares e setoriais	104	120	104	120
Uso do bem público	2.450	2.767	2.450	2.767
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	139.147	151.109	140.949	153.263
Debêntures	33.818	33.714	32.339	32.332
Partes relacionadas	46.792	45.451	46.792	45.451
Encargos regulamentares e setoriais	32	10	32	10
Uso do bem público	34.389	34.389	34.389	34.389

De acordo com as características similares e a partir do conhecimento sobre os instrumentos financeiros operados pela Companhia, tornou-se possível a classificação conforme exigido nos pronunciamentos, onde para instrumentos financeiros ativos temos empréstimos e recebíveis, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda e para instrumentos financeiros passivos temos passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, outros passivos financeiros ao custo amortizado.

	30/09/2010				30/06/2010			
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado	Total	
<b>Ativos financeiros</b>				<u>Ajustado</u>			<u>Ajustado</u>	
Caixa e equivalentes de caixa		54.846		54.846		38.038	38.038	
Rendas a receber	16.989			16.989	16.989		16.989	
Concessionárias	640			640	482		482	
	17.629	54.846	-	72.475	17.471	38.038	55.509	

Passivos financeiros	30/09/2010		30/06/2010	
	Outros ao custo amortizado	Total	Outros ao custo amortizado	Total
	Ajustado		Ajustado	
Fornecedores	1.147	1.147	901	901
Empréstimos e financiamentos	194.189	194.189	207.505	207.505
Debêntures	76.430	76.430	72.963	72.963
Encargos regulamentares e setoriais	136	136	130	130
Partes relacionadas	46.792	46.792	45.451	45.451
Uso do bem público	36.839	36.839	37.156	37.156
	<u>355.533</u>	<u>355.533</u>	<u>364.106</u>	<u>364.106</u>

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo a Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente;  
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis no mercado.
- A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares as contratadas e observadas, os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso a informação comparativa mais ativo o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

Ativos financeiros	Mensuração do valor justo	
	Mercados similares	
	30/09/2010	Nível 2
<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	54.846	54.846
Total	<u>54.846</u>	<u>54.846</u>

#### 29.4 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota 16, possuem como contraparte o BNDES, Banco da Amazônia, Banco Alfa, entre outros. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições, em 30 de setembro de 2010 a Companhia possui um risco de mercado associado a TJLP, IGP-M e CDI.

Como riscos de mercado associados a taxas de juros, atribuímos a TJLP, IGP-M e CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infra-estrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelado a esse indexador. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC, são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

### 29.4.1 Análise de sensibilidade

Nos quadros a seguir foram considerados cenários de taxas e moedas estrangeiras, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação no câmbio de moedas estrangeiras, de taxas de juros e outros indexadores, até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco e, respectivamente os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
<b>Ativos financeiros</b>						
Aplicações financeiras	CDI	1.831	2.262	2.684	1.390	938
<b>Passivos financeiros</b>						
Debêntures	IGP-M	3.592	4.482	5.371	2.698	431
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	7.255	9.010	10.742	5.477	3.676
Safra Leasing	CDI	1	2	2	1	1
<b>Valor de referência</b>						
CDI - 11,25%						
TJLP - 6,0%						
IGP-M - 8,54%						

### 29.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

*Covenants* são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imeditado ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 16. Até 30 de setembro de 2010 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Obrigações contratuais	30/09/2010				
	Total Ajustado	Vencíveis no curto prazo	Vencíveis de 2 a 4 anos	Vencíveis de 5 a 6 anos	Vencíveis acima de 6 anos
Debêntures	76.430	44.091	32.339		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	194.189	53.240	69.590	7.055	64.304
	<u>270.619</u>	<u>97.331</u>	<u>101.929</u>	<u>7.055</u>	<u>64.304</u>

30/06/2010					
Obrigações contratuais	Total	Vencíveis no curto prazo	Vencíveis de 2 a 4 anos	Vencíveis de 5 a 6 anos	Vencíveis acima de 6 anos
	<b>Ajustado</b>				
Debêntures	72.963	40.631	32.332		
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	207.505	54.242	83.775	7.056	62.432
	280.468	94.873	116.107	7.056	62.432

### 29.6 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada as rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida, a partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada a aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento a Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados a plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

### 30 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 30 de setembro de 2010 foram de R\$5.789 sendo R\$5.437, capitalizados no período, relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$352 em contrapartida do resultado do período relativo ao Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, gestão de resíduos e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

### 30 Eventos subsequentes

Em 30 de novembro de 2010, apurou-se o monte de R\$2.086 referente ao registro dos créditos do PIS e da COFINS, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de Consulta COSIT 27/2008, correspondentes aos créditos apurados sobre os gastos com materiais aplicados ou consumidos na atividade de fornecimento de energia elétrica e dos encargos de depreciação de máquinas, equipamentos e outros bens do ativo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições.



**COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2010(\*)**

**A COMPANHIA**

A **Investco S.A.** tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“**UHE Lajeado**”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

**PRINCIPAIS INDICADORES**

Descrição	unidade	Saldos		
		set/10	jun/10	Var. %
Financeiros				
			1.450.52	
Ativo total	R\$ mil	1.467.121	4	1,1%
			1.014.02	
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.030.288	0	1,6%
Dívida líquida (1)	R\$ mil	215.773	242.430	-11,0%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,21	0,24	-12,4%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	1,16	1,05	11,0%

Resultados		Janeiro a Setembro		
		2010	2009	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	142.802	146.781	-2,7%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	(16.361)	(16.005)	2,2%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(1.132)	(1.157)	-2,2%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	98.093	102.722	-4,5%
EBITDA (2)	R\$ mil	125.310	129.619	-3,3%
Resultado financeiro	R\$ mil	(26.897)	(21.305)	26,2%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	71.196	81.417	-12,6%
Lucro líquido	R\$ mil	47.215	53.907	-12,4%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	87,75%	88,31%	-0,6%
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	33,06%	36,73%	-10,0%

(\*) As informações aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

## **DESEMPENHO OPERACIONAL**

A **Investco S.A.** opera e mantém a **UHE Lajeado**, que no primeiro trimestre de 2010 gerou 3.261 GWh, valor aproximado do registrado no mesmo período do ano passado, de 3.366 GWh.

## **DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO**

<b>Demonstração do resultado do exercício</b>	<b>set/10</b>	<b>set/09</b>	<b>var. %</b>
Receita operacional bruta	157.402	161.808	-2,7%
(-) Deduções à receita operacional	(14.600)	(15.027)	-2,8%
<b>(=) Receita operacional líquida</b>	<b>142.802</b>	<b>146.781</b>	<b>-2,7%</b>
<b>Gastos não gerenciáveis</b>	<b>(1.132)</b>	<b>(1.157)</b>	<b>-2,2%</b>
Energia elétrica comprada para revenda	(79)	(54)	71,4%
Encargos de uso da rede elétrica	(898)	(940)	-4,5%
Outros gastos não gerenciáveis	(155)	(163)	-4,9%
<b>Margem bruta</b>	<b>141.670</b>	<b>145.624</b>	<b>-2,7%</b>
<b>Gastos gerenciáveis</b>	<b>(16.360)</b>	<b>(16.005)</b>	<b>2,2%</b>
Pessoal	(6.851)	(6.247)	9,7%
Materiais e serviços de terceiros	(7.187)	(7.704)	-6,7%
Arrendamentos e aluguéis	(270)	(518)	-47,9%
Provisões e contingências	(639)	(188)	239,9%
Outros gastos gerenciáveis	(1.413)	(1.348)	4,8%
<b>EBITDA</b>	<b>125.310</b>	<b>129.619</b>	<b>-3,3%</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(27.217)</b>	<b>(26.897)</b>	<b>1,2%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(26.897)</b>	<b>(21.305)</b>	<b>26,2%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(23.981)</b>	<b>(27.510)</b>	<b>-12,8%</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>47.216</b>	<b>53.907</b>	<b>-12,4%</b>

A **receita operacional líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 142,8 milhões no trimestre findo em 31 de setembro de 2010 apresentando um decréscimo de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O decréscimo verificado de R\$ 3,9 milhões é proveniente principalmente da aplicação do CA (Coeficiente de Ajuste) existente no cálculo do valor de arrendamento, conforme contrato de arrendamento.

Os **gastos não gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição, principalmente) totalizaram R\$1,1 milhões no trimestre findo em 31 de setembro de 2010, inferiores em 2,2% aos R\$1,2 mil verificados no mesmo período do ano anterior, em virtude, principalmente da atualização dos encargos de uso da rede elétrica e da taxa de fiscalização.

Os **gastos gerenciáveis**, que compreendem os gastos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, provisões para contingências e outras despesas, aumentaram no trimestre findo em 31 de setembro de 2010 em R\$0,3 mil, correspondente a um acréscimo de 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente a mudança do cálculo da PLR.

O **EBITDA** do período findo em 31 de setembro de 2010 foi de R\$ 4,3 milhões, 3,3% inferior ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos pontos acima comentados na receita operacional líquida e gastos gerenciáveis e não gerenciáveis.

O **Resultado Financeiro** do período findo em 31 de setembro de 2010, de R\$ 26,8 milhões negativos, apresentou uma variação de R\$ 5,5 milhões em relação ao ano anterior, em virtude principalmente da variação monetária dos empréstimos, atualização financeira do mútuo existente entre a Lajeado Energia e EDP Brasil, e o reconhecimento dos CPC's através das rubricas de AVP (Ajuste ao Valor Presente) e atualizações monetárias.

No trimestre findo em 31 de setembro de 2010 a Investco apresentou um **Lucro Líquido** de R\$ 47,2 milhões, inferior em 12,4% ao registrado no mesmo período do ano anterior.

## **ENDIVIDAMENTO**

<b>Endividamento</b>	<b>set/10</b>	<b>jun/10</b>	<b>var.%</b>
Dívida bruta	270.619	280.468	-3,51%
( - ) Disponibilidades	(54.846)	(38.038)	44,19%
<b>( = ) Dívida líquida</b>	<b>215.773</b>	<b>242.430</b>	<b>-11,00%</b>

Em 31 de setembro de 2010, a Investco apresentou um endividamento bancário líquido de R\$ 215,7 milhões, representando uma redução de 11,0% em relação ao apresentado em junho de 2010, em função das amortizações, principalmente do BNDES.

A dívida em 31 de setembro de 2010 era composta por R\$76 milhões de debêntures e R\$113 milhões em demais financiamentos (divididos entre BNDES, Banco da Amazônia dentre outros), sendo que em setembro de 2010 R\$81 milhões e em junho de 2010 R\$80 milhões correspondente a ações preferenciais reconhecidas a valor justo de acordo com o CPC39.

Em 31 de setembro de 2010, a dívida líquida representou 1,16 vezes o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (1,05 vezes em junho de 2010).

## **INVESTIMENTOS**

Os investimentos findos em 31 de setembro de 2010 foram de R\$ 7,1 milhões, sendo que a maioria refere-se a investimento em meio ambiente, enquanto em 2009, os investimentos estavam mais direcionados a aquisição de máquinas, como transformadores e inversores, dentre outros. Além disso, com a adoção do CPC25, no primeiro trimestre houve uma adição de R\$15 milhões de reais referente às provisões de licenças ambientais.

<b>Investimentos</b>	<b>set/10</b>	<b>set/09</b>	<b>variação</b>
Terrenos	219	(108)	-302,8%
Meio Ambiente	5.437	1.616	113,7%
Máquinas e equipamentos	1.057	2.024	-47,8%
Software	46	45	2,2%
Outros	385	1.722	-77,6%
	<b>7.144</b>	<b>5.300</b>	<b>34,8%</b>

01858-9

INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

## RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Investco S.A.  
Miracema do Tocantins - TO

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Investco S.A. ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, durante os anos de 2009 e 2010 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia na elaboração das Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010 e divulgadas na nota explicativa nº 3. As presentes Informações Trimestrais estão sendo reapresentadas e, portanto, diferem das originalmente divulgadas, que incluíram nosso relatório de revisão datado de 27 de outubro de 2010. As Informações Trimestrais correspondentes ao exercício e período relativos a 2009, refeitas e reapresentadas para fins de comparação, foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2011

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6-S-TO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS  
ITR - Informações Trimestrais  
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária  
DATA-BASE - 30/09/2010

---

01858-9

INVESTCO S/A

00.644.907/0001-93

---

---

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

---

---

José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC SP-141128/O-2-S-TO